



Sindicatos Médicos negociam funcionamento das Autoridades de Saúde

Realizou-se no dia 7/5/2013 uma reunião negocial entre os Sindicatos Médicos e o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, sobre alterações ao Decreto-Lei nº 82/2009, que regulamenta as regras de designação, competência e funcionamento das Autoridades de Saúde.

Foram discutidas brevemente alguns dos problemas que afectam a Saúde Pública e o estado de subalternização a que os vários poderes a votaram, não obstante as múltiplas declarações em sentido contrário e mesmo as recomendações de organismos internacionais, nomeadamente, da OMS e da EU.

Sendo a Autoridade de Saúde o exercício do poder discricionário do Estado em situações de risco para a comunidade, outorgado por nomeação governamental, os sindicatos defenderam uma clara separação em relação aos serviços operativos e a assunção inequívoca de uma cadeia hierárquica e técnica com os patamares Nacional/Regional/Local. Também não aceitam que sejam confundidas as competências específicas das Autoridades de Saúde com as do perfil profissional dos Médicos de Saúde Pública.

Admitindo-se a possibilidade de um Delegado de Saúde poder dar apoio pontual num outro ACeS (por manifesta carência de recursos humanos), não é aceitável que possa vir a ser imposta uma espécie de mobilidade coerciva para outro ACeS, pelo que apenas deverá ser possível com a concordância do médico, com carácter excepcional e limitado no tempo, sem onerar o trabalhador com as deslocações e sem prejuízo da legislação própria sobre mobilidades.

Propusemos a existência de competências próprias para quem seja nomeado autoridade de saúde, obviando o exaustivo e repetitivo processo da delegação de competências, contribuindo simultaneamente para a moralização do papel do Delegado de Saúde, sem obviamente comprometer as funções de coordenação atribuídas aos Coordenadores das USP. Realçou-se ainda a necessidade de uma remuneração condigna pelo exercício da Autoridade de Saúde.

Tendo havido um acolhimento genérico das propostas sindicais, os Sindicatos ficam agora a aguardar a versão final da proposta de alteração ao DL 82/2009, ficando também a aguardar a necessária revisão do DL 81/2009.

Em relação às questões suscitadas pelo Acordo obtido em Outubro de 2012 pelos Sindicatos Médicos, o Secretário de Estado Adjunto da Saúde considerou "um erro estratégico" o facto de ser negada a passagem ao regime das 40 horas aos médicos de Saúde Pública.

Não existe qualquer razão para indeferir estes pedidos e comprometeu-se a realizar diligências junto das Administrações Regionais de Saúde para rectificar a situação.

O Presidente da FNAM
Sérgio Esperança

O Secretário-Geral do SIM
Jorge Roque da Cunha